

regionais de "Povo de Arribação".

A atividade econômica dos Ashaninka gira em torno da agricultura, pesca, caça e coleta. Na estação seca realizam excursões para pescar e pegar ovos de tracajá, acampando nas praias. Consomem 57 espécies de peixes, mas somente algumas delas são preferidas. O verão é o período predileto das andanças Ashaninka, que podem durar dias ou meses, ao fazer visitas a parentes distantes no Brasil ou no Peru, para beber caçuma de mandioca ou realizar expedições de troca.

A reciprocidade entre os grupos locais distantes é marcada pela troca ritualizada entre *ayumpani*. Os Ashaninka ganham bens industrializados daqueles que trabalham nas fazendas para os patrões, que recebem tais bens como pagamento, desse modo circulando entre seus parceiros do *ayumpani*. Se alguém aceita um objeto do parceiro, está concordando em retribuir o que esse pedir, naquele momento ou no futuro. Além disso, a troca é uma forma de neutralizar os potencialmente inimigos, envolvendo-os num intercâmbio formalizado de bens entre não-parentes. Estabelece-se simbolicamente um contrato de paz e de solidariedade; o desentendimento entre aliados leva à ruptura da trégua, anulando a parceria de troca. A visita a um parceiro significa o pagamento de dívidas atrasadas.

Na época chuvosa, concentram-se nas caçadas, muito embora os animais estejam escassos, obrigando o caçador a deslocar-se a grandes distâncias da aldeia, devido à exploração sistemática da área pelos marreteiros que vendem a carne, alimento importante na dieta Ashaninka. Usam espingarda, arco e flecha, em que são muito habilidosos, sentindo-se orgulhosos de sua rapidez e agilidade, resultante de um longo treino que começa na infância. Também no período do inverno coletam frutos silvestres, castanhas, mel, larvas, sementes e folhas aromáticas para se perfumarem, atividades realizadas principalmente pelas mulheres e crianças.

As roças de terra firme ou de praia sempre ficam perto da aldeia, fazendo-se novos roçados a cada três anos. Cultivam mandioca, milho, batata e banana. A mandioca constitui a base alimentar dos Ashaninka e o arroz é vendido pela cooperativa para adquirir produtos industrializados. Roça grande dá prestígio à família, fama de trabalhadora e de ser generosa por ocasião da distribuição de parte da roça no Rito da Caçuma de Mandioca.

Com a mandioca fazem uma bebida fermentada que é consumida ritualmente nos fins de semana por todos os convidados dos grupos locais. Esta festa é conhecida como *piarentsi* (caçumada). O convidado não recusa o convite, porque é uma forma de o dono compartilhar um bem, a mandioca, cuja propriedade é particular. Este gesto simboliza um ato de generosidade do dono, que é interpretado pelos Ashaninka como saber receber e retribuir. O convidado deve sair da reunião somente depois que terminar a bebida.

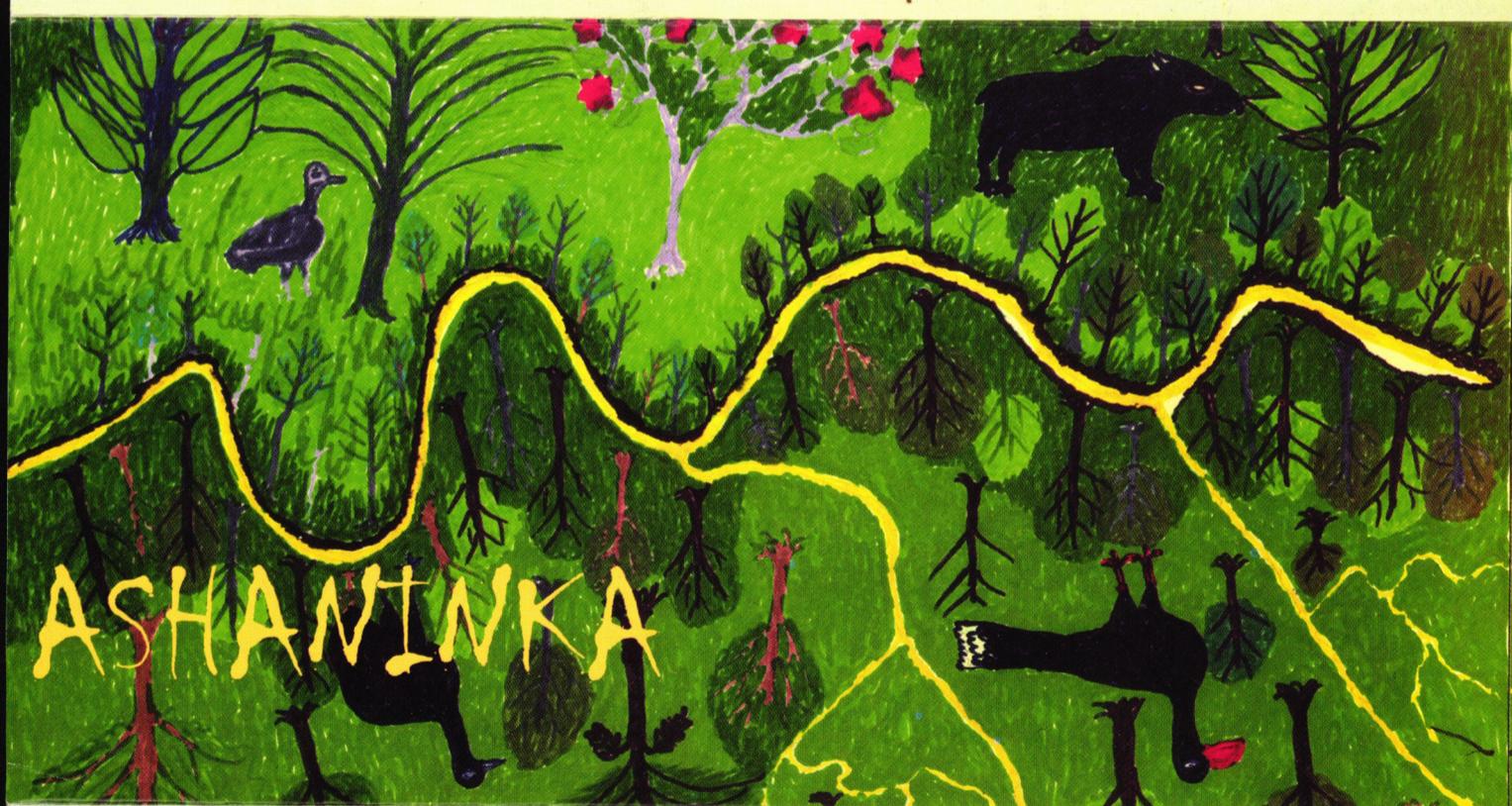
O Rito da Caçuma de Mandioca é o momento ideal para reforçar alianças antigas, resolver rivalidades, questões pessoais e de parentesco, brigas por ciúmes, acertos matrimoniais e efetuar troca de objetos. No auge da animação tocam flauta e tambor, cantam e dançam, num espaço que permite a descontração, opondo-se à contenção e rigidez do cotidiano. Bebem a caçuma para agradecer a divindade *Pawa*, que se alegra em vê-los contentes, e homenageiam-no ao bater

A Fundação Nacional do Índio e o Programa ARTÍNDIA, no XXI Mortará, realizam a exposição da Cultura Ashaninka que homenageia o Índio em seu Dia.



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Diretoria de Assistência
Departamento de Artesanato
Administração Executiva Regional do Acre

Texto: Delvair Montagner
Desenhos: Benke e Komāyari Ashaninka
Edit. Eletrônica/Planejamento Visual: Helineusa Sampaio/Marli Moura
Abril - 2000



ASHANINKA: Povo de Arribação

Os Ashaninka vivem na região do Alto Rio Juruá, ao sudoeste do estado do Acre, onde recebem diferentes denominações, que se contrapõem ao significado em sua língua: "seres humanos", "homens verdadeiros", "nossa gente" ou "nosso povo". No Peru são conhecidos pelo termo *Kampa* e no Brasil os acreanos os identificam como *Kamparia*. Os Ashaninka rejeitam a denominação de *caboclo*, por ser um termo pejorativo que nega a sua identidade étnica.

Os Ashaninka pertencem ao tronco linguístico *Aruak*. No Brasil, localizam-se numa área predominantemente habitada por grupos da língua *Pano*. Os 907 Ashaninka estão distribuídos em pequenas aldeias, espalhadas ao longo das cabeceiras dos rios *Brev*, *Amônia*, *Primavera*, *Envira* e *Tarauacá*, na fronteira Brasil-Peru.

Esta etnia, que resistiu ao contato com o branco por quatro séculos, é oriundo dos povos da montanha do Peru e totaliza cerca de 30 mil pessoas. Os membros do grupo que migraram para o Brasil no século XIX são procedentes do Rio *Ucayali* e falam o dialeto *Ashaninka*, tendo sido trazidos por caucheros peruanos e, posteriormente, controlados por patrões seringalistas brasileiros.

Os Ashaninka serviram de guarda-costas dos patrões brasileiros e de protetores dos seringais contra os índios bravos, por serem exímios arqueiros. Os patrões exploravam o potencial guerreiro dos Ashaninka, promovendo correrias contra os *Amahuaca*, que dificultavam as atividades extrativistas da região, com a finalidade de matá-los ou afugentá-los, já que os seringalistas não tinham preparo para enfrentá-los. Os Ashaninka viam o ato de guerrear como fazendo parte de sua cultura, pois os *Amahuaca* eram seus inimigos tradicionais. Em troca dos cativos de guerra recebiam bens manufaturados dos patrões e tornavam-se temidos e respeitados pelos índios da região.

O Rio *Amônia* era conhecido do rio da madeira e reduto natural de animais de caça. Nele não há seringueiras e o caucho (uma variedade inferior da seringa) é raro. Os Ashaninka evitaram assumir compromissos com o corte de seringa, pois restringe a mobilidade e ficam presos ao sistema econômico do barracão: dívidas permanentes, impagáveis e transferíveis de patrão a patrão. A relação dos Ashaninka com os regionais estabeleceu-se por meio da utilização da mão-de-obra no corte da madeira, derrubada e queima de roçados e de campos para pastagens, colheita de lavouras e extração do caucho. Em troca, recebiam manufaturados.

A mobilidade é uma característica cultural Ashaninka. As unidades sociais mudam-se a cada dois, três anos, por motivos religiosos (morte), sociais (noivos mudam após o casamento; visita a parentes residentes em outros rios) e econômicos (a busca de um bom patrão). Por esses motivos são chamados pelos

com um toque específico de tambor que acompanha músicas cantadas. Nessa ocasião, acontece a interação social entre os grupos locais próximos e distantes e entre as divindades, equacionando e restabelecendo os aspectos político, econômico, religioso, cosmológico e do parentesco da sociedade.

Os seringueiros e os marreteiros freqüentavam essas reuniões sociais, onde dançavam forró, levavam cachaça e abusavam sexualmente das mulheres. Os Ashaninka do Rio Amônia eram humilhados, ridicularizados e seus costumes depreciados. Recentemente, porém, puseram fim a essa situação aviltante, proibindo a participação de regionais nos rituais.

Da década de 1940 até meados da década de 70 os Ashaninka comercializaram peles de animais, que trocavam com os patrões por produtos industrializados, também vendendo carne de caça. Os patrões escolhiam exímios caçadores, pescadores e coletores de ovos de tracajá para trabalharem para eles com fins comerciais, entretanto, por essas atividades, raramente, os Ashaninka recebiam pagamentos.

A partir de 1978, os Ashaninka, por meio do trabalho de pesquisadores da FUNAI, ficaram sabendo que a terra lhes pertencia. Mesmo assim, durante a primeira metade da década de 80, a exploração de madeira continuou a ser a principal atividade dos posseiros e dos índios, com os Ashaninka trocando a madeira por mercadorias com os patrões brancos. A situação mudou quando os Ashaninka do Rio Amônia, em 1983, preocupados com as invasões, com o impacto ambiental provocado pelas extrações, que causavam grande mortandade de peixes em decorrência da secagem dos igarapés, e com a intoxicação das águas por óleos e madeiras apodrecidas nos leitos dos rios, fizeram reuniões com os grupos locais para decidirem uma linha de ação em conjunto.

A exploração madeireira no território Ashaninka chegou ao auge em 1987. As empresas Marmud Cameli & Filhos e Big Bran, de Abraão Cândido da Silva, permaneceram na área de 1981 a 1994, trabalhando com tratores de esteira, que possibilitavam a busca de madeiras em lugares distantes e a derrubada de grandes extensões de mata. As toras retiradas pela empresa Cameli eram beneficiadas em suas serrarias em Cruzeiro do Sul e dentro da área indígena, sendo então exportadas para os portos de Manaus e de Belém.

Em 1981 a firma de Marmud Cameli retirou mais de 900 toras de cedro e mogno. Armedi Cameli, em 1985, identificou 500 árvores de aguano e cedro, mas foi impedido pelo IBDF de cortá-las, o que não aconteceu com Marmud Cameli, que abateu 530 mognos e cedros. Esta empresa, em 1987, derrubou 500 árvores de mogno, cedro e cerejeira, destruindo outras espécies de árvores sem valor comercial, mas importantes para a cultura Ashaninka. Deste modo, estas empresas e suas agregadas causaram enorme dano à terra Ashaninka, além de espantarem a caça. Com o auxílio da Procuradoria da República do Acre, os Ashaninka abriram um processo contra a empresa Cameli e suas filiais, paralisando suas atividades e cobrando indenizações pela retirada das madeiras de lei.

Os conflitos continuaram, com os ocupantes da área Ashaninka e os patrões ameaçando as lideranças de morte e as perseguindo, isso porque os Ashaninka denunciaram a ação de traficantes peruanos de pasta de cocaína e as incursões da Polícia Federal para averiguar as denúncias feitas por patrões sobre o plantio de coca em seu território, queimando-a. Os Ashaninka mascam folhas de coca que cultivam em pequena escala.

Depois da implantação da cooperativa, em novembro de 1989, em que os Ashaninka ficaram mais independentes economicamente dos posseiros e dos patrões, tomaram consciência da importância de preservarem o meio ambiente do seu território, abandonando a extração de madeira e exigindo a mesma atitude dos madeireiros.

Preocupados com o desaparecimento da caça, a escassez de peixes e dos frutos nativos, a diminuição da flora medicinal e da matéria-prima, para a produção de artefatos destruídos pela abertura das estradas, a introdução de novas doenças pelo branco e a extensa devastação que atingiu ¼ do território proibiram aos madeireiros que se encontravam dentro do território de caçar com cachorros, pois a carne destinava-se à comercialização e à alimentação dos peões; proibiram também o corte de madeira e a presença de estranhos no Ritual de Caiçuma. Os invasores, porém, não respeitaram essas decisões, por não terem em que trabalhar e espalharam boatos contra a cooperativa e seus dirigentes, gerando desavenças e cisões entre os grupos locais Ashaninka. Esses procuraram aliados além de suas fronteiras internas, estabelecendo aliança com o Conselho Nacional dos Seringueiros da região do Alto Juruá.

Os grupos locais Ashaninka são formados por uma a seis famílias nucleares ligadas por laços de parentesco. O prestígio do chefe depende da habilidade política de manter a estabilidade e o tamanho do grupo local. Nos lugares em que há cooperativa, acumula a função de gerente, trazendo-lhe problemas quando não há determinadas mercadorias, pois esperam que ele dê seus pertences pessoais. As qualidades apreciadas num chefe são a capacidade de estabelecer redes de troca com os parceiros ayumpari e, se for xamã, o poder de cura; antigamente, valorizava-se a coragem e sagacidade do chefe como guerreiro. Hoje, são atributos importantes de um chefe, além das qualidades já mencionadas, saber lidar com os códigos do branco, negociar com eles para terem acesso aos manufaturados, ser generoso e justo. A morte do chefe provoca a dispersão dos grupos locais, que não retornam ao lugar devido ao espírito do morto.

Até meados de 1980 os Ashaninka e outras etnias acreanas mobilizavam-se apenas em nível regional, com a finalidade de garantir a ocupação das áreas, sendo apoiados por órgãos não-governamentais. Surgem as cooperativas que definem estratégias de ação sobre: o aproveitamento econômico dos recursos naturais dos territórios, o fim do regime econômico de barracão, a retirada dos brancos e a comercialização direta dos produtos sem intermediários. Os Ashaninka do Rio Amônia fundam, então, uma cooperativa, com o auxílio da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), que fornece os recursos para comprar mercadorias.

A partir de 1982 as populações indígenas acreanas, incluindo os Ashaninka do Rio Amônia, organizam as primeiras Assembléias Indígenas. Reivindicam financiamentos das safras extrativistas e agrícolas pelo Projeto de Implantação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, para a compra de barcos e motores, e pedem ajuda à saúde (embora somente no final da década de 1980 um núcleo de apoio da FUNAI se instale em Cruzeiro do Sul) e à educação. Em 1986 as lideranças indígenas acreanas criam a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), que pressiona os órgãos governamentais a cumprirem suas reivindicações e discutem estratégias de auto-demarcação de suas terras.

Desde 1991-94 a Comissão Pró-Índio (CPI-Acre) e depois o CIMI, capacitam professores bilingües em Cruzeiro do Sul. Os Ashaninka pretendem ter uma escola, onde os mais velhos possam passar seus conhecimentos culturais aos jovens, por estes não terem tido oportunidade de aprender no tempo em que a área estava invadida e trabalhando no extrativismo.

Os 450 Ashaninka do Rio Amônia tiveram sua área demarcada em outubro de 1991, após um ano de discussões na aldeia sobre como seria feita a demarcação. Os posseiros foram retirados e indenizados. Para proteger a área, os Ashaninka do Rio Amônia concentram-se na aldeia Apiwtxa, situada no início da Terra Indígena. Ela foi homologada no final de 1992, após 50 anos de permanência no local (1940), enquanto os demais Ashaninka da Bacia do Rio Juruá têm seus territórios em processo de identificação, delimitação e interdição pela FUNAI.

Em 1992 é criada a Associação Ashaninka do Rio Amônia/Apiwtxa, passando a negociar diretamente com órgãos que capacitam seus membros, aprimoram os programas e ajudam a obterem recursos. Neste mesmo ano, um líder Ashaninka participa da ECO-92, desse modo expandindo os horizontes de conhecimentos e de contatos em nível nacional e internacional.

Nesta mesma época, os Ashaninka tomam uma iniciativa pioneira, demonstrando a possibilidade de aliar formas tradicionais de produção com o uso sustentável da terra, ao inserir seus produtos no mercado regional e nacional. Para isso, fazem projetos junto ao Ministério do Meio Ambiente, à FUNAI, ao Governo do Estado do Acre e empresas regionais como a Biosapiens. Elaboram projeto de pesquisa com biólogo da Universidade de Campinas-SP e o Centro de Pesquisa Indígena, Acre, sobre aromas de várias espécies de plantas. Porém, após um ano de investigação, constatam que o projeto é inviável. De 1993 a 94 os técnicos do Centro Indígena de Pesquisa Aplicada, em Cruzeiro do Sul, em conjunto com Apiwtxa, identificam diferentes produtos florestais destinados à produção de remédio industrial. O projeto é financiado por agências internacionais, mas também se revela inviável comercialmente.

Finalmente, os Ashaninka do Rio Amônia investem nos produtos regionais, cujo manejo ecológico é de conhecimento de todos: a produção de sementes nativas. A atividade não perturbava o andamento da rotina das aldeias e não precisava de grandes investimentos materiais e de equipamentos. Necessitariam do assessoramento à distância do Departamento de Engenharia Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba e

de um instituto para certificar a qualidade das sementes.

Em 1996, já são detentores de um viveiro de árvores nativas (cedro, mulungu, copaíba, ingazeira, pupunha, cajá), cujas mudas doam e vendem na região. Chegam a plantar 3.000 mudas de mogno nas capoeiras e próximo à aldeia. Fazem a primeira coleta de coco do murumuru em 1988, que não é vendida por falta de transporte, mas em 1999 obtêm sucesso com a venda em Cruzeiro do Sul. Aumentam o plantio da espécie e de outras diferentes (29) e produzem ainda 1.800 mudas de laranjeira.

Ao dedicarem-se aos projetos de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, tornam-se sócios da Empresa Tawayá (nome de um afluente do Rio Amônia), produzindo óleos vegetais e coletando ervas aromáticas. Já comercializam óleo de murumuru e copaíba para a produção de banha vegetal, destinada à indústria de cosméticos. Em parceria com a Tawayá fabricam sabonetes e sabão, e exportam óleo de coco murumuru.

Diante dos resultados positivos desses empreendimentos, os Ashaninka contactam um agrônomo e planejam o manejo sustentável da floresta, da caça, onde matas de determinados igarapés são preservadas para a reprodução, da pesca e do tracajá, que estava em extinção, visando a melhoria e a multiplicação das espécies dentro da área para consumo interno da comunidade. Os Ashaninka do Rio Amônia pretendem passar adiante essa experiência, para beneficiar as demais etnias da região com a transmissão dos conhecimentos adquiridos. Crêem que é importante plantar sementes nativas para não perderem esses saberes, pois são detentores de ciências próprias para defender a floresta.

Ultimamente, desenvolvem o projeto de artesanato, cuja venda constitui uma importante fonte de renda para os Ashaninka do Rio Amônia. A venda é realizada por meio da Apiwtxa, que o distribui em várias cidades brasileiras e no exterior. A recente produção de belíssimos desenhos com temáticas da vida da comunidade e do trabalho na floresta também poderá transformar-se em uma nova fonte lucrativa. O talento dos homens para a elaboração de desenhos artísticos foi descoberto na aldeia do Rio Amônia durante a realização da pesquisa da antropóloga Margarete Kitaka Mendes para o Projeto Enciclopédia da Floresta. A notável beleza dos desenhos fez com que ela substituisse as fotografias pelos mesmos para ilustrarem a Enciclopédia.

Bibliografia

ASHANINKA, Benke. *Sem título (trata do manejo ecológico dos Ashaninka do Rio Amônia)*. Mimeo, 1999.
FUNAI/Processo n.2420/81: *Kampa do Rio Envira, área indígena*; n.28870.003125/85: *Área Indígena Kampa do Rio Amônia*; n. 08620.1511/93: *Projeto de Identificação e Delimitação de Áreas Indígenas*; n. 08620.524/94: *Grupo Indígena Kaxinawá/Ashaninka*.
KRENAK, Ailton - *Biodiversidade e uso dos conhecimentos tradicionais. O caso dos Ashaninka do Amônia e o Projeto do couro vegetal*, 1996.

MENDES, Margarete Kitaka - *Etnografia preliminar dos Ashaninka da Amazônia Brasileira*, 1991; e *Enciclopédia da Floresta*. Mimeo, 1996.
PEREIRA, Antonio Neto - *Projeto Ashaninka/Moitará 2.000*. 1999.
SCHÄFER, Manfred - *Ayompari "el que me da las cosas"*. *El intercambio entre los Ashëninga y Asháninka de la Selva central peruana en perspectiva histórica*, 1991.
SILVEIRA, Ester Maria & LEITE, Maria Elizabeth - *Lauda Perical. Danos morais causados aos Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia*, 1998.